

A indústria salineira do Rio Grande do Norte: análise de fatores para o desenvolvimento

RESUMO

O Rio Grande do Norte produz 95% da produção de sal do Brasil, por suas condições naturais e territoriais; com isso, o estado desponta como maior produtor de sal marinho do país. Essa cultura já existe há mais de 100 anos e mesmo com todos os aparatos tecnológicos que são utilizados na indústria salineira, esta não consegue alavancar a sua efetividade econômica no setor, por falta de uma organização estrutural coerente. Desta forma, o objetivo deste trabalho é de verificar se a indústria salineira possui as competências necessárias para alavancar o desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte; Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter descritivo e de natureza qualitativa, por meio de entrevistas direcionadas aos gestores das principais empresas salineiras de Mossoró-RN, o período de coleta e análise dos dados foi em 2019; como destaque apontam-se um cenário de baixa inovação tecnológica, diversidade de legislações conflitantes, custos elevados de processos judiciais e falta de capital subsidiado pelo Governo; e a inexistência de atuação institucional. Como lacunas, sugere-se a inserção em pesquisas futuras, os atores públicos, privados e a comunidade, pois, novas variáveis podem apresentar novas inferências sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Indústria Salineira; Rio Grande do Norte.

Sergio Luiz Pedrosa Silva

sergiopedrosa@uem.br

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. Rio Grande do Norte. Brasil.

Wênkyka Preston L. B. da Costa

wenykapreston@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. Rio Grande do Norte. Brasil.

Jandeson Dantas da Silva

jandeson.dantas@gmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. Rio Grande do Norte. Brasil.

Italo Carlos Soares do Nascimento

italocarlos25@gmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. Rio Grande do Norte. Brasil.

Camila Karen A. Pedrosa

camilakaren21@gmail.com

Universidade Federal do Semiárido. Mossoró. Rio Grande do Norte. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorreram na sociedade, com o desenvolvimento industrial, proporcionaram o surgimento de novos processos econômicos, sociais e políticos que alavancaram a ciência tecnológica, onde se promoveram mudanças nos recursos físicos e humanos nas indústrias, substituindo o sistema doméstico produtivo (GEANGIARULO, 2017).

Nesse período, no Brasil, se encerrava o ciclo da economia Imperial de 1709 a 1889, enquanto surgiam as primeiras indústrias, principalmente em oficinas artesanais. Destacam-se ainda nesse período: ciclo da erva-mate, ciclo do café, ciclo da borracha. O desenvolvimento industrial no Brasil só veio a ocorrer entre 1930 a 1980, tendo início no Governo Vargas, período este marcado por crises econômicas e governos autoritários nos anos de 1969 a 1973. O país passou a atravessar períodos de recessão e crises monetárias de 1973 a 1990, em que os governantes desenvolveram vários planos econômicos, com o objetivo de recuperar a economia, tais como: plano cruzado, cruzado novo, plano Bresser, plano color, mais que não obtiveram o êxito esperado. A era Lula (2003 a 2011) foi o mais próspero período da economia brasileira, caracterizado por reformas radicais que produziram transformações sociais, em que no último ano de governo o Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 7,5% no país (GEANGIARULO, 2017; FERREIRA, 1963; FURTADO, 1982).

A partir de 2014, iniciou-se uma crise econômica no Brasil, advinda do colapso dos subprimes (hipotecas fraudulentas), que atingiu toda a economia mundial, tendo iniciado em 2008, mas que só afetou fortemente o Brasil a partir de 2014, com desemprego generalizado, PIB decrescendo anualmente, resultando em 14 milhões de desempregados em 2017 (GEANGIARULO, 2017).

As mudanças desde a década de 70, em que se saiu de um modelo regulatório de acumulação para um modelo fordista de produção em massa com acumulação flexível, culminou em grandes transformações dos processos produtivos das empresas. Com esse novo modelo, as mudanças se estenderam para novos lugares e regiões, para instalação de filiais, para reduzir custos e buscar uma posição competitiva no mercado internacional. Com isso, surgiram novas formas de gerir os recursos. Com a difusão da descentralização territorial estatal no Brasil, surgiram novos projetos e articulações que antes não eram necessários e, nesse novo cenário, as mudanças se tornaram relevantes pelas demandas internacionais que passaram a surgir no país (FURTADO, 1982).

Com o surgimento de grandes corporações, principalmente nos Estados Unidos, com destaque para o modelo da grande empresa industrial, evidenciada por um aparato tecnológico, razão pela qual a mesma estaria com ferramentas e habilidades para superar as dificuldades apresentadas no mercado,, a pequena empresa passou a ser vista com desconfiança, como aquelas que não teriam capacidade de superar essas dificuldades por atuar isoladamente e não ter os atributos das grandes empresas (GEANGIARULO, 2017).

Neste contexto está inserida a indústria salineira do Rio Grande do Norte, sendo considerada uma das principais atividades econômicas da sua região litorânea. O Estado também se destaca com extração de petróleo, fruticultura irrigada, carcinicultura e na pesca (LILLEBO et al., 2013). O parque salineiro do estado, situado no litoral norte é a mais importante área salineira do Brasil, por

possuir condições climáticas favoráveis, evidenciadas por alto índice de insolação, baixa umidade relativa do ar, ventos constantes e chuvas concentradas em um curto período anual. Outro fator fundamental é o geológico, caracterizado por um solo argiloso impermeável, que garante a manutenção de grandes áreas inundadas (FURTADO, 1982).

As salinas do Rio Grande do Norte, respondem por 95% da produção de sal no Brasil, destacando-se como principal centro produtor a cidade de Mossoró-RN. A partir da década de 70, a indústria salineira passou a desenvolver e aprimorar o processo de colheita, que passaria de manual para mecanizada. A colheita do sal mecanizada foi uma inovação no processo produtivo, permitindo uma significativa redução dos custos, bem como um aumento no volume produzido. As principais empresas do setor modernizaram suas formas de produção do sal in natura e da industrialização do produto final, atendendo ao mercado em todas as escalas de demanda, da alimentação humana direta com o sal de cozinha, ao consumo das indústrias: alimentícia, têxtil, frigorífica, veterinária, farmacêutica, dentre outras (DINIZ, 2013).

Diante disso, emerge a seguinte questão de pesquisa: A indústria salineira possui as competências necessárias para alavancar o desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte? Dessa forma, o objetivo geral consiste em verificar se a indústria salineira possui as competências necessárias para alavancar o desenvolvimento econômico no Rio Grande do Norte. Para tanto, realizou-se uma pesquisa empírica com gestores de alto escalão da indústria salineira, para verificar se a mesma possui as características para impulsionar o desenvolvimento desse aglomerado produtivo.

A escolha da problemática se deu pelas desigualdades encontradas entre os participantes deste segmento e pela ausência de uma estrutura delineada capaz de apresentar soluções para as principais dificuldades encontradas em sua cadeia produtiva. Assim, a justificativa de se escolher esse problema é pelo fato de a indústria salineira ser uma das principais atividades econômicas do interior do estado do RN e a falta de uma coesão dos fatores incrementais, geográficos, econômicos, políticos e sociais poderá levar esse tipo de atividade a estagnação econômica. Pois, diante de todos esses fatores que propicia a produção do sal marinho nessa região, encontra-se uma indústria com vários problemas na sua cadeia produtiva pela ausência de estrutura da indústria salineira.

O artigo está dividido em cinco seções, iniciando com esta introdução; o referencial teórico aborda as categorias: desenvolvimento, políticas públicas e caracterização da indústria salineira; a terceira seção demonstra os aspectos metodológicos utilizados para o seu desenvolvimento; em seguida na seção de resultados, é realizada uma análise de conteúdo das entrevistas, em que se busca verificar essas inferências com os autores que estudam esse tema; e por último, as considerações finais, apontando-se as contribuições, limitações e sugestões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Como se processa o Desenvolvimento

A concepção de desenvolvimento é remetida pelo contexto da pós 'segunda guerra mundial' e a política de expansão dos Estados Unidos da América - EUA. Com isso, se propagou uma vasta gama de escritos sobre o tema (FUINI, 2017). Dentre os principais tópicos abordados, se verificaram o desenvolvimento e a modernização, que seriam os conceitos entrelaçados para se entender a promoção territorial. Destarte, passou-se a evidenciar de forma incisiva o fator econômico como o indicador capaz de demonstrar o nível de desenvolvimento territorial, mas com o transcorrer do tempo, os fatores sociais passaram a ser vislumbrados na construção das políticas públicas (COSTA et al., 2013).

Freitas, Dias e Freitas (2013) descrevem que são muitas as variáveis das concepções de desenvolvimento e, por esse motivo não haveria um consenso científico e nem político, motivo pelo qual essas divergências são resultantes de problemas de sociedades complexas¹, assim existe uma diversidade de opiniões em detrimento de um pensar único no intuito de se chegar a um equilíbrio das necessidades e especificidades da localidade para promoção das políticas públicas (FREITAS; DIAS; FREITAS, 2013). Nesse entendimento Nascimento (2016) destaca que o desenvolvimento passa a ser concebido pelas dimensões econômica, social, ambiental e política, por onde passa a ser construído a partir de uma crítica social perpassando as ideias tradicionais de desenvolvimento.

O estudo do desenvolvimento territorial se processa através de uma lógica globalizante sobre a paisagem, os atores, o local, do meio ambiente, do ecossistema, todas essas dimensões entrelaçadas na construção das territorialidades que o promoverão. Segundo Freitas, Dias e Freitas (2013) essas práticas são decorrentes de países em desenvolvimento,² pelas aglomerações geográficas necessitarem de políticas públicas para promoverem os fatores sociais e econômicos dessas nações. Nesse contexto, Cario et al. (2012) destacam o território como dimensão que demonstrará o real cotidiano de um espaço, evidenciando as suas territorialidades e desterritorialidades existentes nessa identidade, pois suas complexidades (território) advém principalmente de suas concepções culturais.

O desenvolvimento territorial se apresenta como a configuração de como o Estado se apresenta no espaço nacional, atuando como um conjunto de práticas públicas na sua organização, com os agentes territoriais no tratamento das dimensões administrativas (desconcentração)³ e políticas (descentralização), essas

¹ Sociedades complexas seriam aquelas com aglomerações populacionais, com sérios problemas econômicos e sociais, quer por si só eles não se resolveriam.

² País em desenvolvimento ou país emergente são termos usados para descrever um país que possui um padrão de vida entre baixo e médio, uma base industrial em desenvolvimento e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variando entre médio e elevado (FURTADO, 1982).

³ No Brasil a descentralização administrativa realiza-se com antes da administração indireta, ou seja, as autarquias as empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas; são produtos da descentralização administrativa. Por outro lado, a desconcentração administrativa existe quando atividades são distribuídas de um centro para setores periféricos ou de escalões inferiores dentro de uma mesma pessoa jurídica no caso, dentre os órgãos da administração indireta (MEDAUAR, 2004).

têm possibilitado a atuação de novos atores que estão de fora do sistema político tradicional (FUINI, 2015; SENCEBÉ, 2007).

Nessa ótica de que o capital financeiro não promove de forma espontânea o desenvolvimento sustentável é que Fuini et al. (2011) relatam que o aproveitamento dos recursos territoriais é imprescindível para o crescimento sustentável, pois esse, promove a ação de diferentes atores na localidade, permitindo assim o fluxo das sinergias coletivas do espaço territorial, pois segundo Berdegue, Bebbington e Escobar (2012) observam que é das dimensões sociais que se derivam as noções de criação de capital e tecnologias sociais, é assim que se consegue mobilizar os membros de uma comunidade, na inclusão dos excluídos nas decisões públicas para alcance e interesses da coletividade.

Constata-se que o tema desenvolvimento possuía uma linha voltada apenas para a economia, pois entendia esse apenas como escada para o progresso da economia e não capitulava as ordens sociais do desenvolvimento, onde os fatores na década de 90 que se utilizavam para medir esse aspecto eram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita, dessarte, prevalecia os modelos tradicionais, que apontavam para a necessidade de intervenção do Estado, pois, o livre mercado⁴ gerou vários problemas de alocação por causa dos desequilíbrios econômicos; passando-se a destacar a ciência regional⁵ como instrumento de ajuste do 'atraso' de algumas regiões do mundo (CARRIERI; SARAIVA; SOARES, 2014).

A partir da década de 70 países desenvolvidos da Europa e Estados Unidos da América (EUA), através da abordagem territorialista, passaram a realizar estudos das estratégias para promoverem o desenvolvimento da localidade e constataram que essa promoção depende do nível de organização dessa sociedade em relação aos objetivos que lhe são comuns; como exemplo, desse fato tem-se as empresas dos distritos industriais italianos que conseguiram obter vantagens econômicas e sociais, provenientes das cooperações articuladas entre empresas (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009).

A partir dos anos 80 o Brasil teve que se enquadrar à dívida externa, assim como, outros países da América Latina, o que Delgado, Schrecksnyl e Ramos, (2005, p. 62) chamaram de "ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada", o que levou a quebra financeira do Estado. Por isso, passou-se a redefinir o papel do Estado, em que através de uma política neoliberalista⁶ foi repassado o mercado a grandes empresas internacionais, gerando a ação intervencionista do Estado que ficou restrita a intervenção do equilíbrio macroeconômico (em especial fiscal e monetário). Esse fato foi observado por Dagnino (2004) que chamou de 'confluência perversa', pois de um lado a instalação de um projeto neoliberalista de regimes ante democráticos, e do projeto democratizante de participação dos atores sociais nas decisões internas da localidade; essas confrontações se observaram de forma incisiva, nos municípios, local onde se estabeleceram as políticas públicas.

⁴ Livre mercado se evidencia quando os agentes econômicos agem livremente, sem controle do Estado. Grifo nosso.

⁵ A ciência regional é um campo das ciências sociais que se preocupa com abordagens analíticas a problemas que são especificamente urbanos, rurais ou regionais.

⁶ A política neoliberalista é um arcabouço de ideias políticas e econômicas capitalista que têm como bandeira a não aceitação da intervenção estatal na economia, pois entendem que o mercado se regulará por si e com isso haverá promoção do desenvolvimento social de um país (FURTADO, 1982).

Marshall (1920) evidencia os benefícios advindos da proximidade territorial, por empresas que estão localizadas numa mesma região e assim se promover a redução dos custos de produção, cita como exemplo desenvolvimento de regiões da Inglaterra; observa-se que as ideias de clusters, Arranjos Produtivos Locais (APL,s), se baseiam nessa abordagem para se promover o desenvolvimento de algumas regiões, principalmente onde o nível de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ é muito baixo.

A partir dessas ideias, Marshall argumentou que o desenvolvimento local pode ser promovido em regiões isoladas, independente de regiões maiores, uma vez que é possível organizar um aglutinamento de atores para se promover o desenvolvimento local; com a elevação dos fatores de competitividade ao transformarem os espaços que atuam em ambientes inovadores. Mas, foi Porter (1991) que evidenciou o caráter sistemático da competitividade, por meio de ajuntamento de setores que buscam a competitividade, de processos de cooperação e da divisão de custos para obtenção de vantagem competitiva.

Na configuração desses estudos de distritos, APLs e clusters para a promoção do desenvolvimento local, observa-se a necessidade da institucionalização de um agente neutro, pois os competidores não conseguem chegar a um consenso, mas por outro lado têm-se a facilidade de difusão de novas tecnologias, que promovem o aprendizado coletivo e com isso os atores se beneficiam pela proximidade territorial (CARIO et al., 2012)).

Os estudos da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde demonstraram que o impulso do desenvolvimento local isoladamente não produz resultados satisfatórios no longo prazo, e que seria necessário para uma maior efetividade do desenvolvimento que o mesmo ocorresse nas duas dimensões: (i) 'de cima para baixo', políticas de entes públicos (macro) e (ii) 'de baixo para cima' (micro), em que esse seja um complemento da estratégia macro e não a única dimensão; desta forma, a tônica dos estudos passaram a confirmar a participação dos atores locais, contanto que esses estejam articulados com as políticas públicas dos entes nacionais, para que os meios utilizados pelos atores possam promover mudanças duradouras (FUINI et. al., 2011).

Os novos movimentos sociais intensificaram seus debates na década de 80, através de vários setores da sociedade e que colocaram em debate o lugar e o papel do Estado, observando-se que nesse período existia uma tônica corrente de 'está de costas' para o Estado (CARRIERI; SARAIVA; SOARES, 2014). Destarte, se emergiu no cenário político um conjunto de grupos de intervenção com ações baseadas em suas experiências socializantes que se propunham a questionar as relações autoritárias e assistencialistas, que apresentaram alternativas para rompê-las nesse tipo de organização e representando os atores de forma a garantir a legitimidade para participar dessas arenas, que acabaram redefinindo as políticas públicas (BITOUN, 2009).

⁷ Entre os anos 80 e 90 surgem uma nova perspectiva para a análise do desenvolvimento humano, que foi o IDH, a partir desse indicador passou-se a perceber que o crescimento da economia não era distribuído de forma igual, mas que determinadas regiões eram duramente atingidas por um baixo desenvolvimento social, mostrando que através da análise desse índice se poderia otimizar os recursos para as regiões mais pobres (DELGADO; SCHRECSANYL; RAMOS, (2005).

Nessa mesma ótica, Brito e Cassiolato (2013) analisaram sobre desenvolvimento territorial, evidenciando que esses dois conceitos possuem um viés muito mais voltado à policy do que à politics, evidenciando que os aspectos culturais e de identidade estão mais atrelados a uma política pública, do que as relações sociais estruturadas. Por sua vez, Capasso e Morrison (2013) observaram que os estudos desenvolvimentistas necessitam se superar das normas rigorosas e se voltarem com outros olhares para o desenvolvimento. Associado a essa crítica, destaca o determinismo e o estruturalismo em estudos sobre o tema; e ancorados nessas críticas, observa-se a natureza imaterial do desenvolvimento no viés social.

Constatou-se que o aparato de inovação coletiva estava amalgamado, pela capacidade de reação as intempéries provenientes da localidade, em que, essa passa a ser medida pelo nível de cooperação dos atores no território; que para esses laços se propagarem necessitam de uma estruturação territorial, principalmente da existência de um número significativo de Empresas de Pequeno e Médio Porte (PMEs), então se constata que essa solidariedade espacial não se processa somente no curto prazo, pois redes institucionais são construídas no longo prazo (BENKO; PECQUER, 2001). O processo cooperativo aglutina atores diversos, como: bancos, poderes públicos, consumidores, entre outros, em torno do coletivo, em que é premente que esses agentes estejam inseridos na cultura local (PIRES, 2007).

Conforme Pires e Neto (2012) o processo de regulação pode prolongar e consolidar a cooperação entre os atores; deve-se constituir regras de comportamento institucionais que não gerem dúvidas, e sejam implícitas e informais. Sobre o desenvolvimento na localidade, constatou-se que as redes informais institucionalizadas são as que promovem os meios para que as estratégias sejam implementadas; evidenciando assim através de um processo interno a solidariedade e cidadania na comunidade de forma integrada. Coaduna com Pires, Muller e Verdi (2006, p. 65) que destacam: “o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local e específica, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação e práticas sociais”.

Essa noção conceitual perpassa a visão dupla do desenvolvimento em que envolvia apenas o Estado e o mercado, e inserindo também a sociedade civil como dimensão participante observa-se que não se deve se estabelecer, unicamente nesses três fatores para se promover o desenvolvimento territorial seria uma forma de incapacitar outras dimensões que seriam necessárias para se demonstrar a integração social e a regulação (PIRES, 2007). Nessa visão, as regiões e as localidades, e os territórios, têm-se transformado em atores locais que atuam de forma incisiva nas dimensões que promovem uma localidade (FREITAS; DIAS; FREITAS, 2013; FUINI et al., 2011).

As políticas públicas que numa visão anterior ficavam a cargo do poder público, passou-se a ser delegada também às coletividades locais, com isso têm sido criadas novas perspectivas, em que ultrapassam a visão anterior na qual apenas os agentes políticos estabeleciam a regulação do desenvolvimento territorial, fazendo com que a cidadania e a democracia forneçam participantes nas decisões da localidade onde estão enraizadas; com a inserção desses agentes no processo se torna mais viável alcançar a edificação da comunidade local a partir da conjunção dos atores na formação de estratégias para o desenvolvimento local (PECQUEUR, 2005).

2.2 Políticas Públicas

As políticas públicas no Brasil se configuraram principalmente após a quebra da bolsa de valores de New York em 1929, decorrentes da crise do liberalismo prevalente da época, iniciando-se uma fase de fortalecimento da ação estatal na localidade espacial (BITOUN, 2009). Nesse período não existia uma cultura e nem atores para o mercado de capitais internacional e as exportações eram reduzidas, com operações de produtos primários de baixo valor agregado, mas essa crise acabou afetando investidores que tinham transações econômicas no país (GEANGIARULO, 2017). Por este motivo, quase todos os países foram afetados pela redução econômica, onde o Estado apresentou-se, como o ator principal para intervir na salvaguarda dos seus entes federados, em situações pontuais (Norte/Nordeste) e em regiões desprovidas de recursos econômicos e naturais.

Entre as décadas de 70 e 80, mudanças significativas permearam a realidade brasileira; nesse período, o Estado atravessou uma crise econômica sem precedentes com uma inflação galopante, em que as políticas públicas se estabeleceram, apenas em algumas regiões do país, destacando-se os municípios por estarem próximos da sociedade civil, foram mais evidentes nesses projetos locais, ou 'de cima para baixo', pois não existiam políticas 'debaixo para cima' (micro) assim, sobreviveram algumas regiões nessa conturbada crise social e econômica (BITOUN, 2009).

As políticas públicas se evidenciaram nesse cenário, para resolver demandas sociais; no tocante às políticas do setor, diante dos novos cenários apresentados pela economia nacional, tais como, a pobreza, a desigualdade, e a sua ligação com o desenvolvimento econômico e social procurou-se buscar a noção de território como uma proposta espacial e socioeconômica para se aplicar nos processos de descentralização das atividades estatais e da sociedade (BERDEGUÉ; BEBBINGTON; ESCOBAL, 2015)

Nos últimos 10 (dez) anos foram gerados processos imprescindíveis na descentralização da ação pública, como: Lei de Responsabilidade Fiscal, que alavancou a ética e as relações fiscais e orçamentárias entre a União e os governos estaduais na busca de reduzir a guerra fiscal entre os entes federativos; enquanto isso, na área administrativa, se desenvolveu ações para melhorar a gestão dos programas públicos, via conselhos, comissões, câmaras, nos entes federados e a definição de processos para implementação, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009).

Com a implantação de novas políticas públicas no Brasil, se fez necessário um aperfeiçoamento da descentralização, pois a estrutura de receitas concentradas no nível Federal proporcionou uma limitação na transferência de responsabilidades da União; grande parte dos municípios, ente expressivo no Brasil, e com isso, dependente de recursos União, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (EUZÉBIO, 2009). Outra dificuldade advém da incapacidade financeira dos municípios de conseguirem realizar os orçamentos que são propostos, gerando-se uma discrepância financeira com os Estados e municípios (NIYAMA; SILVA, 2008).

Observa-se a multiplicação de agências e programas (federais, estaduais e municipais), espalhados pelo Brasil; mas como são programas isolados e sem articulação com os demais entes, essas políticas públicas acabam muitas vezes

incitando a guerra fiscal entre Estados e municípios por não existir uma política Nacional de territorialização (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

2.3 Caracterização da Indústria Salineira do RN

Destaca-se que essa cultura que acontece de forma incisiva no Estado se dá principalmente pela existência de recursos naturais que promovem o êxito da produção de cloreto de sódio no litoral setentrional, evidenciando-se com principais fatores: solo impermeável (gipsita), clima tropical quente, ventos constantes de vários fenômenos climatológicos, como zona de convergência Intertropical (ZCI) e vórtice ciclônico de Ar superior (VCAS), rios salgados (próximos ao mar). (Medeiros Rocha et al. (2010) chamaram esses fatores de macro aspectos e classificaram em clima, solo, geomorfologia, que seriam os impulsionadores da produção de sal nessa região do Estado do RN, que são: baixo nível pluviométrico, temperaturas acima dos 27º e alto índice de evaporação solar, todos eles corroborando para justificar porque o Rio Grande do Norte é o maior produtor de sal marinho do país.

Ainda pode-se destacar desses fatores os ventos alísios (que promovem o aumento das chuvas na região), a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) que geram o ciclo de ventos e a Vórtice Ciclônico de Ar Superior (VCAS), que também atua no clima. Esses três fatores, somados a outros fatores climatológicos de menor intensidade, são os impulsionadores para o estabelecimento do clima predominante nessa região do litoral, o clima semiárido (LILLEBO et al., 2013).

Com relação ao solo, evidenciou-se ser uma área de manguezais, em que se predomina a existência de sedimentos fluviomarinhos (provenientes do rio e do mar), onde esses segmentos promovem a decomposição de microrganismos e minerais para o solo dessa região. A formação da gipsita (pedra de gesso) é vital para a impermeabilidade do solo, fazendo com que a água fique retida por mais tempo nos evaporadores e com isso se eleve a temperatura e conseqüentemente a graduação salínica da água (GALVÃO, 2016).

A economia do Rio Grande do Norte se destaca no cenário nacional pelas seguintes commodities: melão, petróleo, energia eólica e sal marinho, todos esses produtos provenientes principalmente dos recursos naturais no Estado. O melão se dá pela região ter baixo nível pluviométrico e facilidade de acesso ao lençol freático, através de portos artesianos, que promove a irrigação dessa cultura; a energia eólica pelos fatores climáticos que existem na região, em que observa-se que o fator médio ser 20 a 25% para geração da energia eólica, nas regiões do RN em que estão instaladas as turbinas esse fator chega até a 50%, bem superior à média de outros países; o petróleo, recurso natural geomorfológico; assim como sal, também é proveniente dos macro aspectos existentes na região do litoral setentrional. Com isso, observa-se que as principais fontes econômicas do Rio Grande do Norte estão vinculadas e provenientes, principalmente dos recursos naturais que são abundantes nessa região para se promoverem essas culturas (NASCIMENTO, 2016)

No Rio Grande do Norte existem 2 (dois) portos, o porto de Natal, em que o principal produto de exportação é o melão, representando 90% das transações desse porto e o Porto Ilha, no litoral de Areia Branca, que transporta o sal in natura para as regiões Sul e Sudeste do Brasil e para outros países, como África e Estados

Unidos da América. Destaca-se que o transporte de sal industrializado em containers se dá através do porto do Pecém em Fortaleza-CE, por possuir uma logística mais adequada para esse tipo de transporte. Assim, se faz necessário que sejam revistas a logística do porto de Natal para o transporte de contêineres, pois o Estado deixa de arrecadar receitas por não possuir esse know how (SIESAL, 2017; CODERN, 2018).

A busca por petróleo no Estado iniciou-se em 1956, e vários outros estudos foram realizados nos anos seguintes para se consolidar o 'petróleo' no RN. Essa descoberta trouxe uma grande pujança econômica para vários municípios do Estado, tais como Areia Branca, Mossoró, Governador Dix-sept Rosado, Guamaré e outros municípios, pois, as prefeituras recebiam um percentual de royalties da exploração petrolífera no município e os cidadãos também eram beneficiados, por serem proprietários das terras em que ocorresse a descoberta e a exploração. Tudo isso se deu entre a década de 70 e 80 até início dos anos 2000. Mas, com a descoberta do pré-sal por volta de 2005, os investimentos da exploração de petróleo foram direcionados para o Rio de Janeiro, e no Rio Grande do Norte, os investimentos foram reduzidos na exploração de petróleo, e atualmente se mantém os poços que estão em atividade. Isso trouxe prejuízos na ordem econômica e social para a população, pois muitos perderam seus empregos e encontram-se atuando na informalidade para sobreviver, pois grande parte das empresas que atuavam na região fecharam suas portas (CARDOSO, 2018).

A extração de sal vem antes da colonização portuguesa, tendo em vista que os índios coletavam o sal das lagoas naturais na costa do RN. A partir do século XVI ocorreu um aumento da demanda de sal no Brasil, principalmente para salgar a carne do gado que era abatido e vendido em outras regiões. A partir do século XIX, surgiram as salinas planejadas, com o bombeamento através de cata-ventos, em que a colheita era realizada por milhares de pessoas que vinham de todas as partes do Estado; mas, a mecanização das salinas só ocorreu na década de 70 e 80, em que quase todas as salinas eram de famílias tradicionais da região (LILLEBO et al., 2013).

O processo de extração do sal é realizado através da captação da água com sais de um braço de rio e colocada em grandes tanques aonde a água fica decantada para o aumento da temperatura, para que através da passagem de um cerco para outro o grau de salinidade, em que o cloreto de sódio é precipitado e as lajes de sal são formadas; observa-se que as salinas que estão no alto estuário têm dificuldade para captar água com sais em período de prolongada estiagem e a solução encontrada por essas salinas foi a realização do manejo e reaproveitamento da salmoura ao longo do circuito da salina para que o processo de fabricação não fosse interrompido; já as salinas localizadas no baixo estuário (próximas ao mar) não têm dificuldade de captação de água com grau de salinidade (SOUTO; FERNANDES, 2005).

O processo de beneficiamento do sal se configura de duas formas: moagem e refino; o primeiro se destina a indústria agropecuária, e indústrias de base, já o segundo a indústrias químicas, farmacêuticas, alimentícia, etc.; tem-se também empresas que não beneficiam o sal, mas que vendem a granel e na própria salina, os compradores realizam esse processo, são chamados de terceirizados, não possuem salina e nem moagem, mas possuem uma marca e fabricam nas estruturas arrendadas pelos salineiros (SIESAL, 2017; GALVÃO, 2016).

Com relação a produção de sal marinho o RN é o maior produtor de sal marinho do Brasil, com 95% da produção nacional e 76% dessa produção está nas mãos de 6 (seis) empresas, 2 (duas) de grande porte e 4 (quatro) de médio porte; dessas empresas, apenas uma não é brasileira, a Salina Diamante Branco do Grupo K+S (GALVÃO, 2016).

3 METODOLOGIA

A tipologia adotada na presente pesquisa quanto aos objetivos gerais é descritiva, pois consiste em descrever características de uma determinada população sem nenhuma interferência do pesquisador, neste caso, serão evidenciadas as características das empresas salineiras na cidade de Mossoró-RN; em que a amostra foi intencional, pois teve como objetivo estabelecer as dimensões para que se propõe o objetivo principal desse artigo (HAIR JR, et al., 2005).

Quanto aos meios, a pesquisa caracteriza-se como de campo, pois para Lakatos e Marconi (2001) consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem, espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes para analisá-los. Neste estudo, a pesquisa de campo se deu nas empresas salineiras de Mossoró-RN.

A abordagem do problema é de caráter qualitativo, caracterizando-se pelo emprego da análise de conteúdo, pois essa abordagem considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzida em números (RAUPP; BEUREN, 2004).

Nesta pesquisa, optou-se por estudar as empresas salineiras de Mossoró, tendo em vista ser essa cidade do RN que aglutina as maiores empresas salineiras do Estado, para assim se estudar os fatores que poderão promover o desenvolvimento desse aglomerado produtivo.

O universo de uma pesquisa (ou sua população) pode ser definido como sendo o conjunto de elementos que possui pelo menos uma característica comum, que possui relevância para ser objeto de pesquisa. Neste sentido, para delimitação do objeto desse estudo, foi escolhido o método de listagem, corroborando com Silver (2000) o qual destaca que um dos procedimentos mais pertinentes para definição de uma população é a utilização de listas especializadas como fonte de consultas. Sendo assim, utilizou-se a listagem das principais empresas salineiras cadastradas na Federação de Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN) localizadas na cidade de Mossoró-RN. Neste sentido, a amostra da pesquisa será composta por uma entrevista por perguntas previamente estabelecidas, que foi aplicada em gestores do alto escalão da indústria salineira do RN, para não identificar os entrevistados, passou-se a nomeá-los de entrevistados 1, 2, 3 e 4.

As variáveis analíticas relacionadas com o objeto da pesquisa foram identificadas através de um estudo aprofundado na literatura nacional e internacional, tendo como dimensões os aglomerados produtivos de diversos tipos e o desenvolvimento territorial da indústria salineira na cidade de Mossoró-RN.

A coleta de dados se processou por meio de um roteiro pré-estabelecido, o qual embasou a entrevista direcionada aos gestores das principais indústrias salineiras de Mossoró, procurando analisar e evidenciar os fatores preponderantes

para o desenvolvimento territorial desse aglomerado. As entrevistas foram gravadas e transcritas, com a finalidade de contribuir para o aprofundamento da análise do conteúdo. Optou-se por substituir os nomes das instituições por letras e usar o cargo no lugar do nome do sujeito, a fim de não expor as empresas e os entrevistados. O tratamento dos dados, para o alcance dos objetivos pretendidos nesse estudo foi a análise do conteúdo, que de acordo com Bardin (2011).

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS GESTORES DA INDÚSTRIA SALINEIRA

Através da análise qualitativa procurou-se evidenciar os principais pontos de vista, sobre os problemas nesse setor, com o objetivo de evidenciar os fatores que seriam necessários para se promover o desenvolvimento desse aglomerado produtivo. Essas entrevistas se deram com 04 (quatro) diretores, que atuam na gestão das grandes empresas do setor salineiro do RN.

Com isso passa-se a analisar as 10 questões que foram inqueridas aos entrevistados. Após as entrevistas, as gravações de áudio foram transcritas e com isso apresenta-se a súmula de respostas de cada um dos 4 (quatro) entrevistados. Na primeira questão, procurou-se identificar a percepção dos entrevistados sobre a existência de inovações e de polos tecnológicos no setor. A Tabela 1 apresenta uma síntese dos discursos dos entrevistados.

Tabela 1 - Súmula de ideias da primeira questão

Questão 1	Entrevistados 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
[...] sobre a existência de inovações e de polos tecnológicos no setor.	<ul style="list-style-type: none"> - Não estão presentes; - Apenas parcerias de estágios com as empresas; - Polos não existem 	<ul style="list-style-type: none"> - Sim existem através de empresas que vem do sul do país; - Equipamentos adaptados para o sal; - Não existe polos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sim existe, pela busca das empresas nas feiras; - Falta de interesse do Governo; - criação de polos tecnológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estão presentes pela busca individual; - Quando chega algo novo todos copiam; - Exigência das grandes empresas que tem ISO, para implantação de novas tecnologias.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2018).

Nesse quesito sobre a existência de inovações no setor, apenas o entrevistado 1 afirmou que não, enquanto os outros três afirmaram positivamente, mas ressaltaram que, as inovações são trazidas por empresas do sul do país que visitam as empresas no RN, em que se adquire inovações participando de feiras de negócios em outros estados; e se trata de uma busca individual pela exigência de grandes empresas que possuem certificado de qualidade e exigem que novos processos tecnológicos sejam implantados na indústria salineira. Para melhor visualização, apresenta-se a seguir o discurso do entrevistado 4 na íntegra:

sim estão, a gente correr atrás de novos equipamentos, uma busca individual, mas quando um consegue algo novo, logo todos na indústria passam a adquirir, porque todos ficam sabendo, mas é necessário um maior envolvimento do governo para criar novos processos para indústria, pois a carência é muito grande do setor salineiro, e muitas demandas são implantadas por exigências de

grandes empresas que possuem ISO e exigem que algumas novas tecnologias sejam implantadas no setor, mas não existe na indústria salinera nenhum centro de pesquisa para as empresas de sal, o SENAI fornece laboratoristas, e alguns técnicos, mas isso é muito pouco, para o quê a indústria salinera representa para o Estado e para o Brasil.

A grande maioria na indústria salinera pratica o benchmarking, pois quando uma empresa adquire uma nova tecnologia quase todos copiam, e ainda o (entrevistado 2), ressalta que: “[...] o que temos são equipamentos que são criados para outras indústrias e são readaptados para o sal [...]”. O entrevistado 1, cita como uma ação isolada entre as empresas, as parcerias de estágios com as universidades.

Com relação a existência de polos tecnológicos voltados para a indústria salinera, os entrevistados foram unânimes em atestar que ‘não’ existem, frisou-se alguns trechos que eles afirmam isso: “[...] já existiu no passado no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), hoje não existe nada nesse sentido (entrevistado 1); “[...] mas polos para atender nossas necessidades, não existe [...]” (entrevistado 2); “[...] não existe no Estado do RN” (entrevistado 3); “[...] não existe na indústria salinera nenhum centro de pesquisa para as empresas do sal [...]” (entrevistado 4).

Essa constatação, que quando surge algo novo no meio do aglomerado os atores passam a utilizá-lo é evidenciado por Euzébio (2009), corrobora que as relações criadas em um aglomerado proporcionam a disseminação das novas tecnologias. Nessa mesma ótica destacam que as trocas de conhecimentos entre as empresas proporcionam a difusão de inovações para os participantes do aglomerado (AMARAL FILHO, 2012; COSTA, 2010).

Observou-se que mesmo não existindo polos tecnológicos na indústria salinera, há a troca sinérgica ente os participantes, gerando inovações incrementais que são pequenas alterações nos produtos e processos, e ainda destaca que a falta de inovações (programas organizados) pode dificultar o desenvolvimento de um aglomerado produtivo; essa deficiência verificada nos relatos dos entrevistados repercute na perda de competitividade, pois a constituição de polos tecnológicos faz parte de uma estratégia de inserção externa (CARIO et al.,2012).

Com relação a segunda questão, demonstra-se na súmula as principais ideias dos respondentes na Tabela 2, buscando-se perceber se na visão dos entrevistados os salineros estão unidos em interesse (cooperação) comum para buscar soluções para resolução de problemas de todas as empresas, isto é, tentando resolver as coisas internamente entre os participantes da indústria.

Tabela 2 - Súmula das principais ideias da segunda questão

Questão 2	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Como se processa a cooperação entre as empresas do setor salineiro do RN.	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de cooperação; - Problemas institucionais na indústria; - Falta de apoio governamental; 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de cooperação; - Problemas externos (comum a todos); União das empresas na busca de soluções 	<ul style="list-style-type: none"> - União para solucionar problemas; - Principais: CADE, IBAMA, MP; - Crise econômica mundial(agravante) 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de cumplicidade entre os empresários.; - Sindicatos, órgãos ambientais, MP, todos na busca de solução; - Visão altruísta

Fonte: Dados da Pesquisa, (2019).

Como demonstrado na Tabela 2, os quatro entrevistados afirmaram para a cooperação; mas o entrevistado 3 ressaltou que, no passado não era assim, mas hoje estão unidos; e ainda o entrevistado 1, acrescentou que apesar da existência da cooperação existe alguns percalços nessa dimensão, por necessidade de se fazer caixa das empresas, acabam prejudicando a cooperação.

O entrevistado 1 destaca a necessidade de apoio institucional, quando diz: “por falta de apoio das autoridades constituídas”, denotando que existe cooperação entre as empresas, mas não existe apoio governamental; mas o entrevistado 4 contraria essa opinião, quando afirma que existe cooperação dos órgãos governamentais.

O entrevistado 1 destacou os principais problemas que passa a indústria salineira, e citou os órgãos: CADE, IBAMA, Ministério Público, que seriam aonde se concentram as maiores demandas desse aglomerado que são fatores comuns aos participantes. O entrevistado 3 citou que além de todas essas dificuldades, a existência de um agravante, que seria a crise econômica que assola o Brasil.

Observou-se otimismo, apesar de todas as questões que envolve essa indústria, no tocante a visão de superar as dificuldades. Em que, o entrevistado 2, ressalta que a união de todos é o caminho para vencer os obstáculos apresentados e ainda acrescenta que da pluralidade de ideias surgem as soluções; O entrevistado 3, destaca que estão tentando através de todos os meios vencer a luta; e por último o entrevistado 4, relatou:

existe cumplicidade de todos, um grupo de gente inteligente e unida que busca solução para seus problemas, todos têm ajudado nessa tarefa, sindicatos, ministério público, órgãos ambientais, vejo boa vontade de todos os lados, temos que preservar o meio ambiente, mas também gerar renda, não vejo os órgãos como inimigos, mas como agentes que buscam o bem comum de todos, e nós também somos cidadãos que cumprimos com nossas obrigações, os problemas são muitos, mas estamos caminhando pra um desfecho que será benéfico a todos.

Observa-se ser o mais otimista dos entrevistados, com uma visão altruísta de que todas as partes envolvidas buscam o bem comum, vendo os agentes públicos como atores que estão buscando soluções conciliáveis para todas as partes envolvidas. A visão do entrevistado 4, é vista por Lacerda (2008), como uma visão sistêmica de toda a cadeia onde os atores estão envolvidos, com uma atitude

solidária, que é oposta ao egoísmo, sendo aquele que vislumbra sempre o melhor de tudo.

A cooperação entre firmas são estratégias utilizadas pela maioria das empresas para vencer a dinâmica do mundo dos negócios e são essenciais na resolução de problemas, disseminação de conhecimento e informação (FILHO, 2012), a forma como as empresas vêm atuando no setor, está de acordo com o seu entendimento, pois o mesmo destaca que a cooperação vislumbra a possibilidade das empresas de resolver questões de forma conjunta.

O entrevistado 1 relata que pela necessidade de gerar receita as empresas deixam a cooperação comprometida; segundo Almeida e Rosa (2004) a confiança é um elemento imprescindível, sem a qual não existe respeito entre os parceiros; isso é um fato que merece destaque para ser trabalhado entre esses atores.

A terceira questão gerou a Tabela 3, com o resumo das principais ideias dos respondentes: indagou-se se a união dos atores (públicos, privados e comunidade) da indústria salineira pode promover a soluções de problemas existentes nesse setor.

Tabela 3 - Súmula das principais ideias da terceira questão

Questão 3	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- União dos atores no território; - Atuação conjunta desses atores; - Desenvolvimento sustentável.	- Sim concorda com a participação da comunidade; - Projetos para o bem da coletividade.	- Todos os fatores devem ser observados; - Empresa respeita o meio ambiente; - Pensamento coletivo	- União é vital para todos; - Demandas da comunidade observadas; - Mudança cultural.	- Participação da comunidade precisa de mudança cultural; - Dimensão a ser ampliada a inserção de todos os agentes;

Fonte: Dados da Pesquisa, (2019).

Os respondentes afirmaram que é necessária a união dos atores para uma estratégia de sucesso, mas se destacou nas respostas dos entrevistados 1 e 2 os quais evidenciaram uma preocupação com a preservação do meio ambiente, com políticas de sustentabilidade na empresa e no entorno com participação da comunidade, em vista a preservação para gerações futuras.

O entrevistado 3 ressaltou que é necessária uma mudança cultural sobre a inserção da comunidade nos projetos empresariais, assim como a questão ambiental não é entendida pelos colaboradores da empresa, e se faz necessária uma educação ambiental. O entrevistado 4 ressaltou: “[...], mas a participação da comunidade é algo novo [...] denotando que não é cultura dessa empresa inserir esses agentes nas suas estratégias, mas que existem ações que a comunidade participa. A expressão do entrevistado 3, acaba resumindo a fala dos demais: “a união é importante em todos os setores, a empresa tem um bom contato com o povo que mora próximo as salinas, na medida do possível ajudamos a comunidade”.

Através desse relato verifica-se a preocupação das empresas em envolver a comunidade em ações ambientais e educativas, para inserção dos mesmos no meio empresarial, para que a comunidade veja as atividades econômicas como

promovedoras do desenvolvimento local, e não como exploradora das pessoas e dos recursos naturais. É evidente nesse relato a preocupação das empresas em mudar essa cultura de não inserção dos agentes locais (CARIO et al., 2012).

O desenvolvimento sustentável parte da compreensão e conhecimento das perspectivas dos diferentes agentes que atuam na localidade, com isso gera-se a promoção de sinergias para atender as necessidades da coletividade, e que o envolvimento das dimensões sociais promove o engajamento dos atores da comunidade que passam a perceber as empresas com outros olhares (PRATES, 2009; DELGADO, BONNAL, LEITE, 2007).

A quarta questão gerou a Tabela 4, com o resumo das principais ideias dos entrevistados: questionou-se aos empresários o que eles acham (opinião), de um órgão do Governo atuar como mediador entre as empresas para resolver questões complexas que estão sem solução na indústria salineira.

Tabela 4 - Súmula das principais ideias da quarta questão

Questão 4	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- Organização do setor salineiro através de um ente governamental.	- Seria ideal; - Os concorrentes não chegam a um consenso; - Benefícios fiscais, escolas técnicas	- Seria Excelente; - Existe isso no Estado do Ceará; - Relata ser incabível a desorganização do setor; - Intervenção necessária;	- Acha interessante; - Coisa que as empresas não conseguiram até hoje; - Trazer benefícios e não só cobrar impostos.	- É muito importante; - Intervir trazendo melhorias e novas tecnologias e infraestrutura; - Existiu a cadeia produtiva do sal no passado

Fonte: Dados da Pesquisa, (2018).

Os entrevistados evidenciaram ser relevante a participação do ator institucional para organizar o setor, destacando-se: entrevistado 1, relatou que apesar de existir cooperação entre os salineiros tem coisas que eles não conseguem chegar a um acordo, por isso ressalta [...] seria muito importante que um órgão do governo promovesse essa organização [...], e foi o único a destacar que não ver perspectivas para o Governo do Estado realizar essa tarefa; já o entrevistado 2, relatou que seria excelente essa intervenção e ainda destacou, a existência de APL,s no Ceará, e que é incabível as coisas que acontecem na indústria salineira por falta de organização; o entrevistado 3, diz acha interessante a participação do ator público, e ressalta que isso deve acontecer antes que seja tarde para as empresas do setor e por último o entrevistado 4, relatou ser muito importante essa conciliação, e que devem intervir trazendo melhorias para o setor.

Na concordância dos respondentes nesse quesito apontaram fatores e necessidades que deverão estar atrelados a gestão institucional: entrevistado 1 destacou a necessidade de benefícios fiscais e escolas técnicas para gerar mão de obra qualificada; o entrevistado 3, que essa ajuda venha trazer benefícios para o setor e não só a cobrança de impostos e por último o entrevistado 4, que se promova a criação de infraestrutura e novas tecnologias, e ainda lembrou que no passado existia um programa promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI), denominado de ‘cadeia produtiva do sal’, e que fez vários levantamentos nas empresas, mas que logo foi extinto.

Porter (1999) evidencia como destaque a participação Institucional, como articulador das políticas públicas, na busca da promoção de um aglomerado produtivo de forma equilibrada; já Fuini et al. (2011) destaca que nesse cenário de mudanças que vive a economia globalizada, passou-se a exigir articulação dos atores da localidade para se vencer as dificuldades no território, e destaca como fundamental essa aglutinação dos entes públicos com os atores da localidade.

Filho (2012) observou que a intervenção governamental é necessária na busca de um melhor aproveitamento dos recursos materiais e imateriais para o desenvolvimento sustentável de um aglomerado produtivo. Nessa mesma ótica (SENCEBÉ, 2007; ECHEVERRI, 2007), destacam que a ação pública como articuladora dos atores em um território proporciona um perfeito equilíbrio das ações, uma vez que esse ator promove a desconcentração e descentralização dos órgãos públicos para atuarem em prol das necessidades específicas da localidade.

De acordo com as respostas dos entrevistados sobre a Quinta questão: questionou-se sobre a existência de políticas públicas para promover o desenvolvimento da indústria salineira e o qual a opinião dos gestores a respeito desse tema, foi elaborada a Tabela 5, com o resumo das respostas.

Tabela 5 - Súmula das principais ideias da quinta questão

Questão 5	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- Se as políticas públicas podem promover o desenvolvimento sustentável da indústria salineira?	- Sim, com certeza; - precisamos de apoio governamental; - Existe em outros Estados.	Não sei, vejo com desconfiança; - Aumentar a carga tributária; - criação de leis fiscalizatórias;	- Sim, acredito; - existe carência no setor; - ser uma articuladora na organização da indústria salineira.	- Convicção que sim; - órgão isolado pode promover organização; criação de linhas de crédito; facilidade de transportes;

Fonte: Dados da Pesquisa, (2018).

Os entrevistados 1, 3 e 4, responderam positivamente, mas já o entrevistado 2, respondeu que: “Não sei, tenho minhas dúvidas, porque as políticas que surgem só são para aumentar os impostos e criação de leis que cada vez mais dificultam a gente trabalhar [...], demonstrando com isso que discorda dos demais entrevistados e justificando o motivo de sua recusa nas políticas públicas.

Destaca-se a afirmação dos entrevistados, o entrevistado 1 relatou que essa atividade é centenária e que está sendo deixada de lado pelos órgãos governamentais, destacou que as políticas de apoio às indústrias são comuns em outros estados do Brasil; já o entrevistado 3 relatou também sobre essa carência no setor e que essas políticas podem ser uma articuladora na organização do setor. E por último o entrevistado 4, evidenciou que um órgão isolado poderia promover a organização do setor e ainda citou alguns exemplos dessa ajuda, através da criação de linhas de crédito, facilidades para o transporte de cargas e que essas políticas promovam projetos de transformação do setor salineiro.

Com relação a um órgão público ser o articulador, evidencia-se que pelas divergências de opiniões entre os agentes, e pela dificuldade de se chegar a um consenso sobre o atendimento das necessidades coletivas, um ator institucional pode ser o mediador para realizar essa tarefa; Fuini et al. (2011) e Scott (2003) observam que as políticas públicas promovem mudanças duradouras e sustentáveis, pois levam em consideração as necessidades dos atores, e assim se perpetuam no longo prazo; por sua vez Bitoun (2009) destaca que um órgão isolado não deve realizar essa tarefa, mas elas devem fluir nos dois sentidos, de cima para baixo e de baixo para cima.

Com relação a criação de leis regulatórias, o entrevistado 2, se referiu a Lei Federal nº 12.651/2012, que trata sobre o novo código florestal, sobre Área de Preservação Permanente (APP) com exigências para readaptação, pelo Ministério Público do RN; que tem gerado muitas dificuldades para os salineiros atenderem tais requisitos, uma vez que essas indústrias já estão estabelecidas nessas áreas há mais de cem anos (SANTOS, 2017).

No tocante a SEXTA questão elaborou-se a Tabela 6, indagando-se: qual seria a avaliação que os gestores fazem a respeito da atuação dos órgãos ambientais (IDEMA e IBAMA) nas inspeções realizadas nas salinas, questionou-se se seriam punitivos ou mais voltados para orientação.

Tabela 6 - Súmula das principais ideias da sexta questão

Questão 6	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- Avaliação dos órgãos ambientais que atuam na indústria salineira do RN.	- Deve haver mudanças; - Leis que foram criadas recentemente; - Problemas com o Código Florestal; - inviabiliza a produção de sal	- Maior flexibilidade; - TAC vai chegar a acordo; - bom relacionamento com os órgãos; atende todas as exigências.	- Avaliação boa; empresa ver como parceiros; - sempre que procurou esses órgãos foi bem atendida; empresa cumpri a lei.	- Avaliação satisfatória; atende as reivindicações; - problemas de salgados e apicuns.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2018).

O entrevistado 1 observou que as salinas já existem a muito tempo nessa região, e que leis que foram criadas em 2012, exigem o recuo das salinas nas margens dos rios, e que esse recuo poderá reduzir a produção e empregos na região; da mesma forma o entrevistado 2 e 4, acrescentaram que existe um TAC – Termo de Ajuste de Conduta em andamento no Ministério Público e logo se chegará a um consenso.

O respondente 3, falou que ver os órgãos ambientais como parceiros e diz: “[...] sempre atendemos as solicitações, e eles orientam também, sempre que procuramos esses órgãos estes prontamente nos atende [...]”, e ainda ressaltou que a empresa cumpre a lei; o entrevistado 4, corroborou com o 3, quando diz: “[...] fui sempre muito bem atendido [...]”.

Destaca o entrevistado 2, que existe um bom relacionamento da empresa com os órgãos ambientais e que eles são servidores públicos cumprindo uma função, e que existe uma boa comunicação com esses agentes, e que a empresa procura sempre acolher as reivindicações e cita: “[...] replantio de mangues, treinamento

dos colaboradores, educação ambiental para a comunidade, viveiro de mudas, enfim tudo que pedem a gente faz”.

Os órgãos que atuam no Rio Grande do Norte, são o Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente (IDEMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o primeiro é o que concede o Licenciamento de funcionamento das salinas, através de um processo que envolve: plantas baixas, georreferenciamento, Relatório de Impactos ambientais; e esse licenciamento tem validade de 3 anos, (IDEMA, 2017). O IBAMA, é um órgão ambiental Federal, que também fiscaliza a indústria salineira, no tocante a rios da união e cumprimento de leis federais.

O entrevistado 1 destacou a dificuldade para atender essas exigências legais, o fato das salinas já estarem instaladas nessa região há muito tempo, e que a lei do código florestal é de 2012; mas o IBAMA em entrevista a Henrique e Lima (2013) relatou que o motivo das autuações não foi só pelo código florestal, mas sim, pelo fato de existirem várias irregularidades, as empresas apresentaram falhas documentais, incorreções no cadastro técnico federal, e algumas empresas não possuíam a licença ambiental.

Sobre a sétima questão elaborou-se a Tabela 7, com as principais ideias dos entrevistados, indagou-se quais seriam as dificuldades encontradas pelos produtores para realizar o embarque de sal in natura pelo porto Ilha.

Tabela 7 - Súmula das principais ideias da décima sétima questão

Questão 7	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- Dificuldades dos produtores para realizar embarque de sal in natura no Porto Ilha.	- Dificuldade: calado dos rios; - Barcaças realizam poucas viagens por dia.	- Terminal precisa de investimentos; - poucas barcaças; - tempo de carregamento dos navios	- Ver com preocupação a situação do Porto; - Quebra de equipamentos de carregamento dos navios; - assoreamento dos rios.	- Não ver problemas no porto; - mas reconhece a necessidade de reformas pela depreciação causada pelo sal.

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Os entrevistados de forma direta ou indireta admitiram a existência de problemas de embarques no Porto Ilha; o entrevistado 4, o único que disse que não existe problemas no Porto, mas destacou a necessidade de reformas. Os entrevistados 1 e 3, citaram o assoreamento dos rios (acúmulo de areia), em que dificulta o trânsito das barcaças na maré baixa, onde relata o entrevistado 1:

como dificuldade vejo o calado dos rios, pois os mesmos estão assoreados e as barcaças só navegam na maré alta, ai tem que esperar a maré subir para poder passar, se não encaixar bem direitinho esse embarque só faz uma ou duas viagens para o porto ilha, ai fica difícil, no meu entendimento esse seria o maior problema para o transporte para o porto ilha.

Esse assoreamento nos parece ser um dos maiores dificultadores para o trânsito de barcaças para o Porto Ilha; outro fator relacionado pelos entrevistados

2 e 3, trata do tempo de carregamento dos navios ser muito lento, e essa dificuldade talvez possa ser explicada pelo entrevistado 2, quando diz: “[...] é preciso aumentar a capacidade de carregamento para esse processo ser mais rápido [...]”; e o entrevistado 3 destaca ainda que os equipamentos de carregamento quebram constantemente, e isso gera a estadia de navios que precisam zarpar.

O entrevistado 2 foi o que mais relacionou as dificuldades existentes, destacando que a quantidade de barcaças existentes para fazer esse transporte são reduzidas e o aluguel é caro, e que as empresas que obtém êxito nesse tipo de transporte possuem barcaças próprias. O entrevistado 3, lembrou que há 8 anos foi realizada uma reforma no Porto, mas que já se faz necessário novos investimentos, assim como o entrevistado 4, que acrescentou: “[...] sal já sabe como é, corrói tudo [...]”.

O porto ilha é o único terminal no mundo que existe para realizar o transporte de sal em alto mar, isso se dá por não existir a possibilidade da construção de porto na costa; toda a movimentação de sal in natura das salinas se dá através desse modal; como foi lembrado pelo entrevistado 4, em 2008, foi realizada uma reforma no Porto Ilha, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, em que nessa reforma foram instalados dois novos dolphins de atracação e armação, para com isso passar a realizar o carregamento de navios de grande porte, com capacidade de transporte de até 75 mil toneladas de sal (DNPM, 2010).

Para discussão dos relatos da oitava questão, indagou-se qual seria o motivo das empresas salineiras utilizarem o porto do pécem em Fortaleza no Estado do Ceará, para embarque de containers para a região Sul e Sudeste do Brasil. Evidencia-se na (Tabela 8).

Tabela 8 - Súmula das principais ideias da oitava questão

Questão 8	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- Por que as empresas do setor salineiro não utilizam o porto de Natal para fazer o transporte de contêineres?	- Natal não tem estrutura; - interesse maior em transportar melão; - Boa infraestrutura do Porto de Fortaleza.	- Estradas para fortaleza duplicadas; Estradas ruins para Natal; logística porta a porta; - transporte por Fortaleza perfeito.	- Melhor estrutura no Porto de Fortaleza; - Menor custo Fortaleza; - Estradas no Ceará melhores; - O RN perde na arrecadação de impostos.	- Não realiza embarque de contêineres; - Fortaleza têm melhor <i>Know How</i> ; - Presteza nas entregas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Os quatro entrevistados de forma direta ou indireta relataram que o porto de Fortaleza, possui uma melhor estrutura para o embarque de contêineres, esse seria o principal motivo do transporte ser realizado no estado do Ceará, assim, entende o entrevistado 1, [...] o porto de Natal não tem estrutura para o transporte de sal; o entrevistado 2, [...] o transporte por Fortaleza é perfeito, e não pretendo mudar.

Com relação aos principais fatores que fazem com que os produtores realizem o embarque de contêineres via Fortaleza: entrevistado 2, estradas para Fortaleza-CE são melhores do que as do RN e possuem uma melhor logística porta a porta o entrevistado 3, evidenciou um menor custo do porto de Fortaleza, e concordou com o entrevistado 2, sobre logística e estradas; e o entrevistado 4, apontou que o porto de Fortaleza possui uma maior know how na logística. Sobre as dificuldades de se utilizar um porto em outro Estado (CE), o entrevistado 2, falou que, o porto de Natal estaria mais voltado para exportação de melão. Diante desse cenário o entrevistado 3, citou como um dos prejuízos sofridos pelo RN.

O RN é o maior produtor de melão do Brasil, e também o maior exportador, em que se destaca, superando o Porto do Pecém-CE, na exportação de frutas para o exterior, com 90% da exportação de melão no Brasil, com destino ao mercado europeu, esse fato corrobora com a fala do entrevistado 1, (MICES, 2017; EMPARN, 2014). Esse volume significativo na produção de melão no Estado, se dá pelas estiagens constantes no Nordeste, em que o RN, possui um lençol freático de fácil acesso para poços artesianos, ideal para a irrigação de melão e outras frutas, e com isso atraiu muitas empresas do Ceará para o RN (SCARPA, 2015).

Sobre a questão das rodovias ruins para Natal, aonde se encontra o Porto, em reportagem que tem como título: “70% das rodovias no estado no RN, têm condições ruins ou péssimas”, diz estudo da Confederação Nacional de transporte (CNT), após realizar estudo nas rodovias do RN, constatou-se que, existe uma precariedade nas estradas, de acordo com a pesquisa um total de 86,8% dos 348 Km analisados das rodovias foram avaliados como péssimos, em que nenhum trecho foi classificado como bom ou ótimo; por outro lado, o estado do Ceará possui um programa denominado de: ‘de ponta a ponta’, em que as estradas são recuperadas e duplicadas, com acesso aos municípios e outros estados (OHUB, 2016).

Na nona questão, com a súmula das principais ideias dos respondentes na (Tabela 9), questionou-se a respeito do sal Chileno que chega ao Brasil, através do Porto de Santos-SP, com menor preço do que o praticado no Brasil, indagou-se se os políticos brasileiros têm apoiado a indústria salineira com relação a essa concorrência internacional.

Tabela 9 - Súmula das principais ideias da nova quarta questão

Questão 9	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- Foram indagados se na questão do sal do Chile, que estava chegando com menor custo no Brasil, se a classe política do RN apoiou a indústria.	- Sim apoio de Deputados e Senadores; Sal do Chile mais barato; - Sindicatos apoiaram e foram ao CADE.	- Somente alguns políticos ajudaram; conseguiu o antidumping para o sal do Chile.	- Sindicatos entraram com processo no CADE; Sal do Chile passou a receber sobre taxa; - Vitória da indústria salineira	- Nem todos apoiaram (políticos); - Necessidade de maior articulação dos parceiros internos; - Grandes indústrias do Sul possuem articulação n CN.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2018).

Obteve-se as seguintes respostas: entrevistado 1, relatou que tiveram apoio dos políticos da bancada do RN, em Brasília, isso há oito anos; entrevistado 2, nesse acontecimento procurou-se apoio dos políticos, mas somente alguns ajudaram; o entrevistado 3, que essa procura dos políticos se deu através dos sindicatos da indústria salineira SIESAL e SIMORSAL, para entrar com um processo junto ao CADE; e o entrevistado 4, destacou que a maior parte dos representantes da bancada federal ajudaram nessa tarefa. Observou-se pelos respondentes que não houve um envolvimento de toda classe política do RN. O entrevistado 1, auxilia no entendimento acerca dessa questão, quando diz: “[...] isso foi a 8 anos atrás quando as indústrias de São Paulo, indústrias pesadas de cloro, que passaram a importar o sal do Chile, por ser mais barato que o nosso, todos os sindicatos se reuniram e foram a Brasília para solicitar junto ao CADE, que criasse um mecanismo para proteger o produto nacional, isso nós conseguimos”.

Com a colocação do entrevistado 1, passa-se a entender essa discussão; o entrevistado 2, confirmou também, que apesar de nem todos os políticos terem ajudado, mas foi suficiente para conseguirem a Salvaguarda do sal do Chile com resguardo do produto nacional; o entrevistado 3, também relatou: “[...] com um processo no CADE, que nos deu uma folga, pois o sal do Chile passou a receber uma taxa de importação e as empresas do Sul deixaram de comprar, pois o custo ficou alto; e o por último o entrevistado 4, ressaltou a necessidade de articulação dos agentes internos, pois as grandes indústrias do Sul do país, possuem grande poder de articulação junto ao Governo Federal.

Conforme reportagem da Paula (2009), evidencia que os acordos entre Brasil e Chile, que isentam o sal desse país, do imposto de importação - II, coloca o sal produzido no Brasil no RN, em concorrência desleal com o sal internacional, e destaca que, o frete para os portos do Sul do país é em torno de US\$ 50, por tonelada, enquanto o sal importado do Chile chega a esses portos com um frete de US\$ 20, por tonelada, esse custo reduzido é possível pelo transporte de ferro do Brasil para o Chile, pois os navios retornam com sal, a um frete bem mais baixo que o pago pela indústria nacional (JUCERN, 2017).

A última questão com resumo dos respondentes na (Tabela 10), buscou identificar a opinião dos entrevistados sobre a adição de Iodo ao sal, que é um programa de saúde pública do Governo Federal.

Para os entrevistados 1, 2 e 3, que esse programa de saúde pública aumenta os custos das empresas, pois, de acordo com o entrevistado 1, o Iodo é importado do Chile, é custa caro; o entrevistado 3, disse que: “[...] se dividisse o custo já estaria bom, mas acha difícil o governo voltar atrás”.

Tabela 10 - Súmula das principais ideias da décima questão

Questão 10	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
- Questionou-se sobre a adição de iodo no sal, programa de saúde pública do Governo Federal.	- Aumenta os custos; - Importado do Chile; - Transferência desse custo para empresas foi ruim.	- Governo Federal deveria continuar como responsável; - Governo alegou que havia desvio de iodo; controlar pela produção de cada empresa.	- Dividir o custo seria mais justo; - Difícil governo voltar atrás com isso; - políticos desinteressados; - carga tributária pesada das empresas.	- Programa justo e sociedade precisa; - poderia haver revezamento para outros produtos a adição de iodo; - sobrecarregar o setor com esse custo.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2018).

Os entrevistados destacaram seus pontos de vista de quem deveria ser o responsável pelo custo do iodo: o entrevistado 1, destacou que, antes era fornecido pelo Governo Federal e esse deveria continuar como responsável, pois é um programa de saúde pública; o entrevistado 3, relatou que o governo deveria pagar essa conta, pois as empresas já têm uma carga tributária muito alta; o entrevistado 4, evidenciou que é uma programa justo, e que injusto é transferir esse gasto para as empresas.

No tocante ao motivo porque o Governo Federal repassou para as empresas essa responsabilidade, foi evidenciado pelo entrevistado 2, que isso deu pelo desvios do produto por algumas empresas do setor, mas o mesmo sugere que isso pode ser controlado através da produção de cada empresa; e o entrevistado 4, sugeriu que fosse realizado um revezamento de produtos, em que o iodo seria adicionado em outro produto que não o sal, como exemplo adicionar o iodo a outro produto.

A ANVISA, possui o “programa nacional para prevenção e controle dos distúrbios por deficiência de iodo”, em que as empresas são fiscalizadas por esse órgão e nas amostras coletadas e analisadas nas inspeções, se não contiver o percentual de iodo determinado pela legislação, as empresas são multadas, e podem ter o estabelecimento fechado temporariamente até que se resolva, por essa razão, os entrevistados reclamam do aumento do custo, por realizar esse programa para o ente público (ANVISA, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema o desenvolvimento do setor salineiro foi impulsionado pelo fato de o RN ser o maior produtor de sal marinho do Brasil, com 95% da produção nacional, e a ocorrência de não possuir uma organização delineada do seu aglomerado produtivo, em que leva os seus participantes a passarem por várias dificuldades, como processos junto ao IBAMA, IDEMA, CADE, MPF, etc.. Os fatos expostos prejudicam economicamente e socialmente toda a região salineira. Por este motivo, se vislumbrou nesse artigo capturar entre os empresários quais seriam os fatores que dificultam o alavancamento desse setor. Destarte, o objetivo geral consistiu em verificar se a indústria salineira possui as competências necessárias para alavancar o desenvolvimento da indústria salineira do RN.

O problema evidenciou-se em razão da indústria salineira ser uma das principais atividades econômicas do Estado do RN, o maior produtor de sal marinho do Brasil, mas que não consegue alavancar o seu desenvolvimento econômico nessa região do Nordeste, por falta de estrutura do seu aglomerado produtivo; a resposta para esse problema foi apresentada, uma vez que se identificou os principais dificultadores; onde se destacam: a falta da institucionalização de um ator público, para conciliar e promover as políticas necessárias para o crescimento da localidade, pois sem essa atuação, não se conseguem chegar a um consenso, seja por falta de cooperação, disputa de preços, falta de tecnologia, carência de incentivos fiscais e financeiros; entende-se que se conseguiu responder como se resolver esse problema, a partir dos resultados apresentados de como a indústria salineira, pode sobrepujar um quadro de desestruturação do seu aglomerado.

Ainda sobre os resultados evidencia-se como destaque, que a indústria salineira é afligida por diversos problemas, tanto de natureza econômica, como social, onde se frisa: processo do CADE, por motivo de alegação de cartel entre os participantes; processo do IBAMA por não cumprimento do Novo Código Florestal; tudo isso adicionado a falta de estrutura do setor, a deficiência tecnológica, a falta de incentivos fiscais, a não existência de linhas de crédito e ainda a falta de interação com os demais atores da localidade, coloca esse aglomerado produtivo, com uma necessidade urgente de se promover a sua reestruturação.

A solução de problemas da indústria salineira, se apresenta em um cenário de baixa inovação, diversidade de legislações conflitantes, custos elevados de processos judiciais e falta de capital subsidiado pelo Governo; essas dificuldades apresentadas dependem da capacidade dos atores sociais de se mobilizarem, e não devem ser reduzidas às soluções de natureza econômica; e ainda não deve ser somente de iniciativa dos atores locais, mas com a integração do ator institucional, que pode promover a Governança territorial. Deve-se buscar o mais breve possível a institucionalização do aglomerado salineiro, pois é imprescindível a participação desse ator como mediador do distrito industrial para o seu crescimento sustentável. A visão de futuro que se vislumbra para esse setor é que ele se organize através de parcerias público/privadas, pois essas desestruturas do setor prejudicam os salineiros, ao Governo e a comunidade local.

Essa pesquisa contribuiu para academia, pois, são poucos os estudos sobre a indústria salineira, e sobre as principais dificuldades que atravessa esse setor, e com isso serve para promover ações para se promover os fatores necessários para essa indústria, e a contribuição de cunho social, se processa, por ser uma atividade centenária que emprega centenas de trabalhadores, que sofrem as dificuldades que são afligidas esse setor, e com a solução as comunidades não estão localizadas as salinas serão beneficiadas.

Com relação à possibilidade de novos estudos sobre esse tema, pode-se inserir em futuras pesquisas os atores públicos, privados e a comunidade local, pois percebe-se que novas variáveis podem ser apresentadas.

The salinary industry of Rio Grande do Norte: analysis of factors for development

ABSTRACT

Rio Grande do Norte produces 95% of Brazil's salt production, due to its natural and territorial conditions; with this, the state emerges as the largest sea salt producer in the country. This culture has existed for over 100 years and even with all the technological devices that are used in the saline industry, it is not able to leverage its economic effectiveness in the sector, due to the lack of a coherent structural organization. In this way, the objective of this work is to verify if the saline industry has the necessary skills to leverage the economic development in Rio Grande do Norte; To this end, a descriptive and qualitative research was developed, through interviews directed to the managers of the main salt companies in Mossoró-RN, the period of data collection and analysis was in 2019; highlights include a scenario of low technological innovation, diversity of conflicting laws, high costs of lawsuits and lack of capital subsidized by the Government; and the lack of institutional action. As gaps, it is suggested the insertion in future research, the public, private actors and the community, because new variables may present new inferences on the theme.

KEYWORDS: Development; Saline Industry; Large northern river.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2006.

AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Boas Práticas de Fabricação. Brasília, DF. Resolução – RDC n. 28, de 28 de março de 2015.

AMARAL FILHO, Jair do. Transformações estruturais, sistemas produtivos e desenvolvimento local e regional, Porto Alegre-RN, FEE, 2012.

ARAÚJO, N.G.C de.; SOUZA, D. da S.; MUSSE, N.S. Sal Marinho: o ouro branco do Rio Grande do Norte. VII CONNEPI, Palmas-TO, 2012.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Revista Geosul*, v.16, n.32, p.31-50, jul./dez. 2001.

BERDEGUÉ, J. A., BEBBINGTON, A.; ESCOBAL, J. Conceptualizing Spatiale Diversity in Latin American Rural Development: Structures, Institutions, and Coalitions. *World Development*, v. 73, p. 1-10, 2015.

BEUREN, Ilse M. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. *Desenvolvimento e cidades no Brasil. FASE: Observatório das Metrópoles*, p.17-44, Recife, 2009. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/images/stories/cieg/artigos/livrodesenvolecidadesno brasil.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

CARIO, S. A. F.; MEDEIROS, F. F.; BREITACH, A. C. de M.; LINS, H. N.; AMARAL FILHO, J. do. Arranjos produtivos locais: considerações sobre as formas de governança e políticas de desenvolvimento. Porto Alegre- RS, FEE, 2012. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312desafios-do-desenvolvimento-local.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2019.

CAPASSO, Marco; MORRISON, A. Innovation in industrial districts: evidence from Italy. *Management Decision*, v. 51, n. 6, p. 1225-1249, 2013.

CARDOSO, Ana Paula. Mossoró comemora 166 de emancipação política. *Jornal o Mossoroense*. 2018. *Jornal On line*. Disponível em: www.omossoroense.com.br. Acesso em 12 de maio de 2018.

CARRIERI, A. de P.; SARAIVA, L.A.S.; SOARES, A. de S. Territorialidades e identidade nas organizações: O caso do mercado central de Belo Horizonte. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, v.15(2), pag. 97-126, São Paulo, 2014.

CHENAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CODERN. A história dos portos do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.codern.com.br/> Acesso em: 04 de maio 2018.

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Integration des espaces et quase integration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? Revue d'Economie Régionale et Urbaine, n. 3, p. 489-506, 1993.

CONCEIÇÃO, C. S.; FEIX, R. D. (Org.). Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de Aglomerações Produtivas Locais. Porto Alegre: FEE, 2014. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141125e-book-completo.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

COSTA, D. F. DA S.; MEDEIROS, D. H. M.; FILHO, M. A. L.; ROCHA, R. de M.; LILLEBO, A. S.; SOARES, A. M. V. N. Breve revisão sobre a evolução histórica da atividade salineira no estado do Rio Grande do Norte (BRASIL). Revista Soc. & Nat. Uberlândia, 25 (1): 21-34, jan./abr./2013.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (comp.). La cultura en las crisis latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2004.

DELGADO, N.G; BONNAL, P.; LEITE, S.P. Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. OPPA/CPDA/UFRJ, 2007. Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf. Acesso em; 14 nov. 2019.

DELGADO, G. da C.; SCHRECSANYL, T.; RAMOS, P. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (orga.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/slpsc/Documents/PIM%20-%202017.2/Jose%20Sueldo%20Câmara%20Ferreira/Heitor/2005OL-005.pdf>. Acesso em; 29 nov. 2019.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça. Condicionantes socioeconômicos e naturais para a produção de sal marinho no Brasil: as particularidades da principal região produtora. Tese de Doutorado. Geografia-UECE, 2013.

DNPM, Sumário Mineral Brasileiro, Brasília-DF, 2010, disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=6350 acesso em: 30 de maio de 2016.

ECHEVERRI, R. Articulação de políticas y participación social. San Jose: IICA, 2007.

EUZÉBIO, G.L. Estados e Municípios de pires na mão. Desafios do desenvolvimento, Brasília, IPEA, p.34-39, abril de 2009.

FAVERO, E, SCHRÖDER, M. Do território como 'ator' ao território como 'campo': uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil. Anais do 45º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, p.344-365, Londrina, 2007.

FERNANDES, A.C; BITOUN, J. ARAÚJO, T.B de. Tipologia das cidades brasileiras organizadores Jan Bitoun, Lívia Miranda. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

FERREIRA, M. R. A. A causa do subdesenvolvimento do Brasil. São Paulo: Biblos, 1963.

FREITAS, A.F; DIAS, M.M; FREITAS, A.F. Desenvolvimento territorial e políticas públicas na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. V.9. n.3, p.154-183, set-dez/2013, Taubaté-SP.

FUINI, L.L; MANCINI, R.F; NETO, D.P; PIRES, E.L.S. A Governança Territorial no Brasil: Conceitos e modalidades. Anais do I circuito de debates acadêmicos. IPEA. CODE, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo13.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

FUINI, L.L. A Governança e o Território: Reflexões sobre uma abordagem de pesquisa. Revista de Desenvolvimento Econômico, v.15, n.28, p.86-99. Salvador-BA, 2013.

FUINI, Lucas Labigalini. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253-271, jan. /jun. 2015.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 2, p.19-29. 2017.

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*, Editora Civilização Brasileira, 7ª ed., Rio de Janeiro, 1982.

GALVÃO, Rodrigues Lapony. Uma análise da mecanização das salinas e o decréscimo da população total e urbana de Macau-RN entre 1970 e 2000. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. *A construção do Brasil: geografia ação política e democracia*. São Luis-MA, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468680759_ARQUIVO_TRABALHOCOMP.ENG2016.IAPONYGALVAO.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

GEANGIARULO, L. R.G. *A desindustrialização brasileira: uma análise do período Lula*. Publica Ciência. São Paulo, 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLY, J.P.; PECQUEUR, B. La dimension Locale de la Régulation. In: BOYER, R.; SAILBOARD, Y. In: *Théorie de la Régulation: L'État des Savoirs*. Paris: La Découverte, p. 304-312, 1995.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; SAMOUEL, P.; MONEY, A. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. 21.ed. Editora: LTC, São Paulo, 1986.

JUNCERN. Junta Comercial do Estado do RN. *Robinson anuncia apoio a indústria salineira*. 2017. Disponível em: <http://www.mossoro hoje.com.br/noticias.php?materia=5316&data=10-01-2016&titulo=Governador-reduz-ICMS-do-sal-do-RN-atendendo-pleito-do-prefeito-de-Mossor%C3%B3>. Acesso em 03 de junho de 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVILLE.C & DIONNE.J. *A construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas*; Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: editora UFMG, 1999.

LILLEBO, A. I.; COSTA, S. D. da S.; SILVA, A. A.; MEDEIROS, D. A. L.; ROCHA, R. de M. Breve revisão sobre a evolução histórica da atividade salineira no Estado do Rio Grande do Norte (Brasil). Soc. & Nat. Uberlândia-MG. Jan/abril, 2013.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo moderno. 8. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2004.

MEDEIROS, D.H.M.; COSTA, D.F.S.; SILVA, L.F.; SILVA, U.D.; BEZERRA, R.M.; DE MEDEIROS ROCHA, R. Variabilidade espacial e temporal dos nutrientes inorgânicos em uma salina no município de Macau/RN. In: 62ª Reunião Anual da SBPC, 2010, Natal. Anais... Natal: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2010.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: Miceli, S. (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Ciência Política, v. 3. São Paulo: Sumaré, 1999.

OHUB. Empresas de Transporte de Containers em Fortaleza – CE. Disponível em: <https://www.ohub.com.br/empresas/transporte-de-containers/ce/fortaleza>. acesso em 02/10/2019.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P.; WEBER, J. Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000.

MARSHALL, A. Princípios de Economia. Trad. Ottolmy Strauch, 8ª ed., vol. I e II, São Paulo, Nova Cultural, 1920.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2017.

NASCIMENTO. Desafios e soluções para o Desenvolvimento competitivo da cabotagem no transporte de cargas no Ceará. Dissertação de Mestrado. Logística e Pesquisa Operacional, UFC, 2016.

NIYAMA, J.K; SILVA, C.A.T. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Revista de Ciências Sociais, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PIRES, E.L.S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. *Revista Internacional de Desenvolvimento*, vol. 8, n.02, p.155-163, Set/2007.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. *Associação de Geografia Teórica*, Rio Claro-SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

PIRES, E.R.O; NETO, A.J.M. Redes de cooperação para o desenvolvimento local: A indústria calçadista Francana. *Revista eletrônica de administração (on line)*. v.11. n.2. Edição 21. Jul-Dez 2012

PORTER, M. E. *La ventaja competitiva de las naciones*. Buenos Aires: Vergara, 1991.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 5, p. 1117-1146, 2009.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, MILTON. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENCEBE, Y. Les territoires de développement em France: Analyse des référentiels de la décentralisation et de leurs traductions locales dans les espaces ruraux. *Anais do Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Florianópolis, 22 a 25 de agosto 2007.

SCARPA, Egídio. Empresas reduzem produção de frutas. *Diário do Nordeste*. Agronegócio, 2015. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/agronegocio/empresas-reduzem-producao-de-frutas/>. Acesso em; 10 de janeiro de 2018.

SIESAL – Sindicato dos Produtores de sal do Rio Grande do Norte. (2017). Acesso em: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2018/05>.

SILVA, Abigail Rute da. *Produção artesanal de sal marinho no litoral setentrional do Rio Grande do Norte*. Monografia, UFRN, Caicó-RN, 2016.

SILVER, M. *Estatística para administração*. São Paulo-SP, Atlas, 2000.

SOUTO, E. F.; FERNANDES, C. H. C. A importância da indústria salineira do Rio Grande do Norte para a economia brasileira. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2005.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Revista Internacional do Desenvolvimento Local, v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.

Recebido: 12 mar. 2023.

Aprovado: 06 abr. 2023.

DOI: 10.3895/rbpd.v12n2.11914

Como citar: SILVA, S. L. P.; COSTA, W. P. L. B.; SILVA, J. D.; NASCIMENTOS, I. C. S.; PEDROSA, C. K. A. A indústria salineira do Rio Grande do Norte: análise de fatores para o desenvolvimento. **R. Bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 12, n. 02, p. 292-323, mai./ago. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Sergio Luiz Pedrosa Silva

Campus Universitário - Lagoa Nova, Natal - RN, Brasil

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

